

CARACTERIZAÇÃO DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL EM UMA TURMA DE FORMAÇÃO DE DOCENTES EM RELAÇÃO AO USO DE AGROTÓXICOS NO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR.

Casturina Machado de Matos¹;

Ana Josefina Ferrari².

RESUMO

O uso indiscriminado e desordenado de agrotóxicos, no Brasil, em especial com o advento da Revolução Verde, a partir de 1970, associa-se a riscos para saúde humana e meio ambiente. Esta pesquisa teve por objetivo a realização de um estudo de caso em uma turma de formação de docentes no Município de Nova Tebas – PR, em relação a percepção ambiental quanto ao tópico uso de agrotóxicos e suas particularidades. O estudo foi composto por aplicação de questionário semi-estruturado, com 21 alunos da referida turma do Colégio Estadual Carlos Drumond de Andrade. Os resultados indicaram a necessidade de maiores informações acerca deste tema, além da ampliação da Educação Ambiental na formação de docentes e no cenário escolar, buscando ações corretivas e educativas, principalmente em virtude de Nova Tebas-PR ter sua economia baseada na agricultura e pecuária e utilizar-se destes artefatos (agrotóxicos) para o desenvolver destas atividades.

Palavras-chave: educação ambiental; níveis de conhecimento; insumos agrícolas.

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Nova Tebas, e-mail: cas.turina@hotmail.com

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1 CONTEXTO

A importância de avaliar a percepção ambiental em relação ao uso de agrotóxicos justifica-se em função da ocorrência de constantes fatos econômicos e de saúde que apontam a necessidade de investimentos em pesquisas acerca das conveniências de uso, dos riscos ambientais e à população que estes produtos oferecem (RODRIGUES, 2006).

Somando-se a isto, a falta de controle eficiente na comercialização e aplicação desses insumos faz com que seja frequente o uso indiscriminado e desordenado, realizado, muitas vezes, por pessoas inexperientes, aumentando os riscos com relação a preservação do ambiente, segurança da saúde dos aplicadores e, sobretudo, segurança alimentar (CHISTÉ; CÓ, 2003). Logo, é notório que os trabalhadores rurais, em sua maioria, não tem conhecimento acerca desta realidade, principalmente, em cidades pequenas, devido a baixa escolaridade e dificuldade de interpretação das informações constantes nas embalagens quanto a aplicação adequada dos produtos.

Historicamente, no Brasil, a Revolução Verde, foi um intenso processo de modernização das atividades agrícolas com base no paradigma tecnológico. Ela ganhou expressão na década de 1970, gerando grandes transformações na produção agrícola. Desta forma, a política de estímulo do crédito rural, juntamente com as novas tecnologias, incitavam a aquisição de equipamentos e insumos. Entre os insumos, os agrotóxicos, recomendados para o controle de pragas e doenças, como forma de ampliar o potencial produtivo das lavouras, passaram a ser-utilizados em aplicações sistemáticas mesmo em situações em que não se confirmava a ocorrência de pragas ou doenças, tendo como resultado pulverizações excessivas e até mesmo desnecessárias (MACHADO, 2009).

Avançando nesta conjuntura, tornou-se notória a importância de instrumentos legais para o controle de substâncias perigosas. Na agricultura, as substâncias químicas empregadas no controle de pragas e doenças passaram a ser

regulamentadas com a promulgação da chamada “Lei dos Agrotóxicos” nº 7.802 de 1989 (BRASIL, 1989). Esta lei, regulamentada pelo Decreto nº 4.074 de 2002, no seu artigo 2, inciso I, define o termo “agrotóxicos” como:

produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou plantadas, e de outros ecossistemas e de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como as substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (BRASIL, 1989).

Sucintamente, a Lei nº 7.802 de 1989 dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Não obstante, dada a grande diversidade dos produtos, mais de 300 princípios ativos em milhares formulações comerciais diferentes no Brasil torna-se importante conhecer a classificação dos agrotóxicos considerando ação e grupo químico a que pertencem. Por conseguinte, essa classificação (de classe de uso) é útil para o diagnóstico das intoxicações e instituição de tratamento específico, citando-se: inseticidas, os quais possuem ação de combate a insetos, larvas e formigas; fungicidas, combatem fungos; herbicidas, combatem ervas daninhas, os quais são de uso mais comum. Outros grupos importantes, porém adotados em menor escala, compreendem: raticidas utilizados no combate a roedores; acaricidas com ação de combate a ácaros diversos; nematicidas para combate a nematoides (OPAS, 1997).

Quanto a classe toxicológica, os agrotóxicos são classificados, por sua vez, segundo seu poder tóxico em quatro categorias que vão da I a IV: classe I -

extremamente tóxicos com faixa vermelha; II - altamente tóxicos, faixa amarela; III - medianamente tóxicos, faixa azul e classe IV - pouco tóxicos, faixa verde. No Brasil, a classificação toxicológica está a cargo do Ministério da Saúde (OPAS, 1997).

Associando estas particularidades em relação a legislação vigente e a preocupação ambiental quanto ao tema agrotóxicos fica evidente que, por um lado, a aplicação destes insumos favoreceu a intensificação da produção de alimentos em diversas partes do mundo mas, por outro lado, seu manuseio e a exposição dos aplicadores as caldas químicas oferece um grande risco não somente à saúde dos usuários, mas ao ambiente.

Logo, constata-se que a relação do homem com o ambiente natural pressupõe uma apreensão pertinente ao quadro ambiental e social, pois conciliar a produção de bens com a preservação ambiental é uma atitude fundamental a ser tomada em benefício das gerações futuras, com a finalidade de saldar a dívida ambiental e conseguir uma qualidade de vida considerável.

Em relação a esta apreensão social e ambiental, Machado (2009), relata que a percepção ambiental pode ser determinada como uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, ou seja, o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo. Assim, o fato de entender as formas de construção da percepção é de grande importância para que medidas como, por exemplo, a aplicação de projetos para Educação Ambiental tenham eficácia, haja visto que, a percepção ocorre de formas variadas.

Neste sentido, segundo Freitas e Ribeiro (2008), a educação ambiental, componente da percepção ambiental, consiste em um processo permanente no qual deve ocorrer o desenvolvimento progressivo de um senso de preocupação com o meio ambiente, abalizado em um completo e afetuoso entendimento das relações do homem com o ambiente a sua volta.

Corroborando, a Lei Federal nº 9.795 de 1999, que postula que a Educação Ambiental, em seu artigo 1º, descreve que a mesma como um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos,

habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Neste contexto, é fundamental a formação de profissionais que atendam com eficiência à resolução dos problemas ambientais e que evidenciem esforços no sentido de promover o desenvolvimento sustentável. Todos os fatos relacionados com a crise ambiental atual foram produzindo uma mudança gradativa na sociedade e nas suas instituições. Mas dependendo de como essas informações penetram nas percepções dos indivíduos e de como se refletem em suas ações, as mudanças acabam sendo lentas e incompletas (OLIVEIRA; CORONA, 2008).

Em face do exposto e abordando a problemática dos agrotóxicos, o grau de informação em relação ao uso destes produtos precisa ser avaliado, não somente, na zona rural, mas também em setores educacionais, pois, nestes segmentos estão atuando os nossos formadores que devem buscar a sustentabilidade no ambiente, pois a educação ambiental deve ser uma constante na trajetória escolar dos alunos, tendo em vista que trata-se de uma lei, a lei nº 9.995 de 1999 conforme mencionando anteriormente (BRASIL, 1999).

Portanto, atentar para a avaliação desta problemática na Turma de Formação de docentes em Nova Tebas, por meio da percepção ambiental mostra-se relevante não só pela importância de se trabalhar a educação ambiental em níveis curriculares e avaliar esta conjuntura, buscando ações corretivas e educativas, mas em razão do Município ter sua economia baseada na agricultura e pecuária e utilizar-se destes artefatos (agrotóxicos) para o desenvolvimento destas atividades.

Desta forma, o presente trabalho tem por objetivo verificar o nível de informação e conhecimento acerca do uso de agrotóxicos em Nova Tebas considerando o contexto atual, a legislação vigente, cuidados específicos, sustentabilidade e outros fatores que envolvem este cenário em uma turma de futuros docentes que deverão repassar informações fundamentais para seus alunos buscando o desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos. Consequentemente,

realizou-se a experiência com o intuito de ressaltar a educação ambiental no espaço escolar.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Esta pesquisa foi iniciada considerando uma visão holística³ de fatores relacionados a sustentabilidade no Município de Nova Tebas e a área educacional, sobretudo da educação do campo. A proposta do presente trabalho surgiu a partir de dois elementos considerados relevantes. Primeiramente, pelo fato do município apresentar um histórico essencialmente agrícola, seguido por outro lado, da necessidade de divulgar e abordar a existência da Lei nº 9.995 de 1999, que promulga o trabalho com educação ambiental no cenário escolar.

Logo, buscou-se realizar uma experiência baseada nesta conjuntura, em especial em uma turma de formação de docentes, os quais devem apresentar uma visão socioeducacional ampla, que auxilie a compreender e assumir as implicações da relação entre sociedade, conhecimento, educação, profissão e trabalho.

Para atender a estes requisitos optou-se por uma investigação a partir de uma caracterização perceptiva frente ao conhecimento da temática acerca do uso de agrotóxicos em Nova Tebas – PR, tornando-se o centro desta pesquisa.

O município de Nova Tebas-PR (Figura 1) encontra-se na mesorregião Norte Central Paranaense e microrregião Ivaiporã pertence à bacia do Rio Ivaí. Enquadra-se no Território Paraná Centro. Possui área total de 544.187 km², com altitude de 650 m em relação ao nível do mar, estando a sede do município a uma posição geográfica entre latitude: 24 ° 26 ' 17 " sul e longitude 51 ° 56 ' 43 " W, fazendo limites com os municípios de Iretama à noroeste; Jardim Alegre à nordeste; Manoel

³ Holístico: *adj.* 1. Relativo ou próprio de holismo [s.m. 1. Teoria de que existe uma tendência à interação dos elementos do Universo e em especial dos seres vivos,. E não de uma soma dessas partes]. 2. Que dá preferência ao todo ou a um sistema completo e não à análise, à separação das respectivas partes componentes (FERREIRA, 2000).

Ribas à sudeste; Arapuã à leste, Pitanga ao sul e Roncador à sudoeste (NOVA TEBAS, 2009).

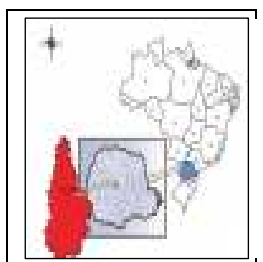


FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS – PR.
Fonte: NOVA TEBAS. PARANÁCIDADE, 2009.

Esta experiência foi iniciada em novembro de 2010, com a obtenção de revisões literárias acerca do assunto e foi concluída em janeiro de 2011, sendo que a investigação da percepção ambiental foi realizada no dia 06 de dezembro de 2010, por meio de estudo classificado como qualitativo, através de entrevistas individuais estruturadas em formato de questionário semi-estruturado, composto por 10 questões, sendo 03 questões argumentativas, 01 mista e 06 objetivas (afirmativa/negativa) que foi aplicado na 1ª Turma de Formação de Docentes do Colégio Estadual Carlos Drumond de Andrade. O referido estudo foi desenvolvido com 21 alunos. O questionário (em anexo) foi desenvolvido com base na revisão literária encontrada em livros, textos disponíveis em meios eletrônicos.

Por meio da análise temática, ou seja, do conteúdo agrotóxico e a percepção ambiental, os dados coletados foram submetidos à análise descritiva, tornando-se possível interpretar, detalhar e compor o resultado, os quais foram representados graficamente ou com transcrição de trechos das entrevistas tendo o intuito de diagnosticar as concepções dos respondentes.

3 ANÁLISE DOS QUESTIONARIOS

Ao analisar os dados fornecidos pelos entrevistados da 1ª Turma de Formação de Docentes do Colégio foi possível constatar a que a percepção ambiental quanto ao tópico “agrotóxicos”, considerando o contexto atual, legislação pertinente, cuidados específicos, sustentabilidade e outros fatores que envolvem este cenário, apresenta dualidade de saberes: enquanto alguns conhecem a lei, outros a desconhecem, mas fazem ligações com conceitos próximos. Os dados apresentados a seguir foram tabulados em função de cada uma das questões abordadas.

Considerando o conhecimento acerca da Revolução Verde foi levantado que apenas 14,3% dos respondentes esclareceram corretamente a questão. Outros 14,3% não responderam e outros 14,3% não responderam adequadamente. Segue transcrição de uma das respostas erradas: *“foi um desmatamento na Amazônia, queima, acabaram com as árvores”*. O restante, ou seja, 12 alunos (57,1%) aproximaram-se da resposta adequada, fazendo a ligação com o contexto, mas deixando-a incompleta, como por exemplo: *“avanços com novas tecnologias”*.

Na sequência quando questionados sobre a chamada “Lei dos agrotóxicos”, em relação à conhecimento da mesma, acesso ou lembrança, 57,1% dos alunos optaram pelo não, conforme mostra a figura 2:

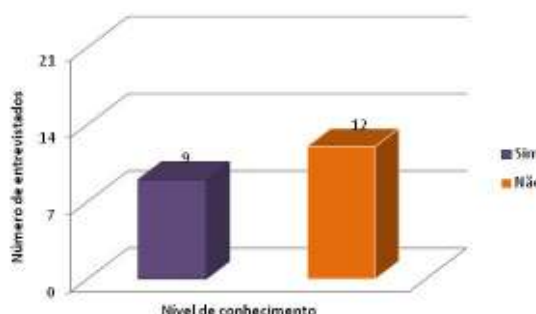


FIGURA 2 - LEITURA, ACESSO, OU OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES DA 1ª TURMA DE FORMAÇÃO DE DOCENTES DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS-PR SOBRE A LEI Nº 7.802/89.

No que se referiu à informação acerca da ciência ou contato com um receituário agrônomo 28,5% dos futuros docentes afirmaram ter tido acesso a este documento ou a informação, conforme ilustra a figura nº 3.

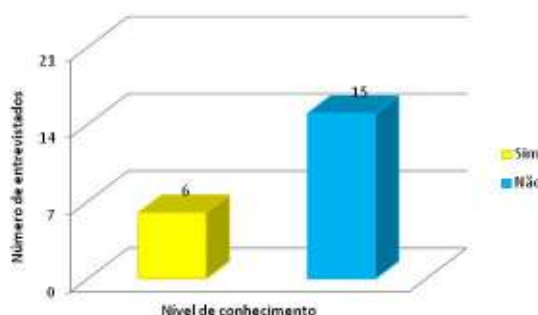


FIGURA 3 - REPRESENTAÇÃO DA CIÊNCIA OU EXISTÊNCIA DO RECEITUÁRIO AGRONÔMICO DA 1ª TURMA DE FORMAÇÃO DE DOCENTES DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS-PR.

Com relação ao conhecimento das classes, toxicologia e classificação das embalagens de agrotóxicos, 61,9% não detêm esta noção (Figura 4).

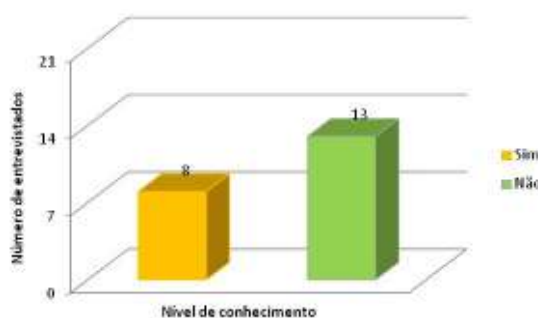


FIGURA 4 - REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO DAS CLASSES, TOXICOLOGIA E CLASSIFICAÇÃO DAS EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS DA 1ª TURMA DE FORMAÇÃO DE DOCENTES DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS-PR.

Considerando a diferenciação das categorias de agrotóxicos, 76,2% dos alunos não conseguem estabelecer distinção entre inseticida, fungicida, herbicida e outras categorias, o que é mostrado na figura 5.

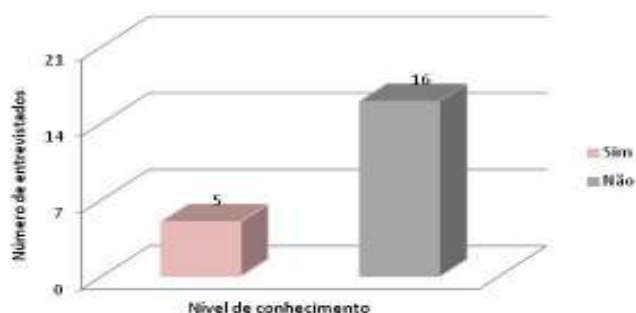


FIGURA 5 - REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO DAS CATEGORIAS DOS AGROTÓXICOS DA 1ª TURMA DE FORMAÇÃO DE DOCENTES DO MUNÍCIOPIO DE NOVA TEBAS-PR.

Em relação ao decreto 4.047 de 2002, surpreendentemente 66,7% já obteve alguma informação, teve acesso ou ouvir falar a respeito, contrariando o percentual de respondentes da pergunta número 02, que abordava a lei dos agrotóxicos (Figura 6).

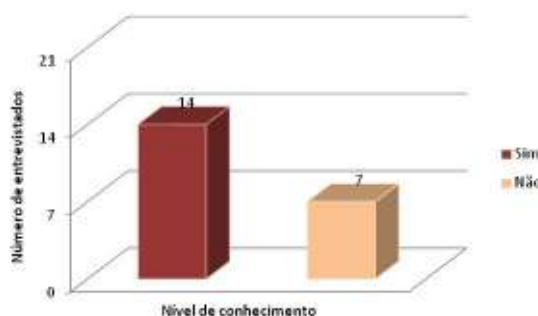


FIGURA 6 - REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO DO DECRETO 4.047 DE 2002 DA 1ª TURMA DE FORMAÇÃO DE DOCENTES DO MUNÍCIOPIO DE NOVA TEBAS-PR

Quando questionados sobre E.P.I. (equipamento de proteção individual), 47,6% dos entrevistados não souberam definir, enquanto 52,4% o fizeram, dados apresentados na figura 7. A popularidade deste conceito pode ser atribuída a mídia.

Embora todos os que obtiveram informações resposta positiva para a questão, não descreveram como o recurso é utilizado em Nova Tebas, se é uma realidade ou não.

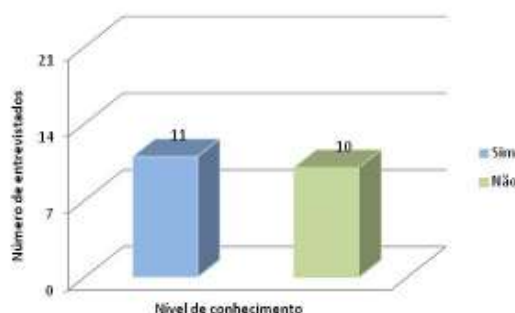


FIGURA 7 - REPRESENTAÇÃO DO SABER SOBRE E.P.I. DA 1ª TURMA DE FORMAÇÃO DE DOCENTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS-PR

A respeito da Tríplice Lavagem, comum até mesmo em meios de comunicação que divulgam esta importante ação, um respondente a deixou em branco (4,8%); 47,6% sabiam do que se trata o processo e do mesmo modo, 47,6% desconheciam o procedimento (Figura 8).

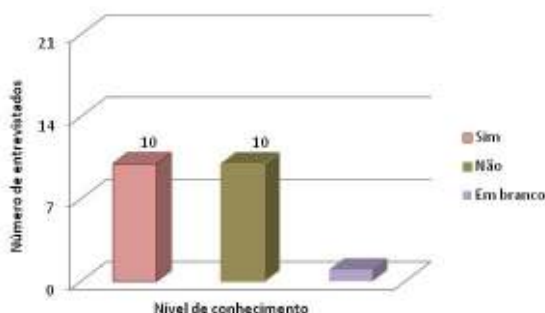


FIGURA 8 - REPRESENTAÇÃO DO QUE É A TRIPLICE LAVAGEM PARA A 1ª TURMA DE FORMAÇÃO DE DOCENTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA TEBAS-PR.

Buscando contextualizar a temática agrotóxicos e o contexto ambiental de hoje, a questão referente ao desenvolvimento sustentável foi deixada em branco por 19% dos entrevistados. Outros 19% fizeram uma descrição satisfatória do tema. Exemplo: “*é a capacidade do ser humano de sobrevivência sem afetar o meio ambiente*”. O restante, 62% realizaram uma descrição positiva, que englobam algumas diretrizes do desenvolvimento sustentável, o que é possível acompanhar

nestas duas transcrições: “*conseguir lucros e não necessitar de produtos de fora para produzir*”, o qual diz respeito a diminuição de aportes nos sistemas produtivos e considera uma visão holística e “*é a reutilização de produtos recicláveis*”, que consiste em uma alternativa sugerida por este modo de desenvolvimento. Percebe-se que trata-se de um conceito assimilável pela maioria.

Por fim, dos 21 entrevistados, apenas 23,8% não recordaram o nome de algum agrotóxico usado por seus familiares, vizinhos e outros. Todavia, nenhum relatou como é realizada a aplicação destes produtos em Nova Tebas. Porém, 76,2% recordaram o nome de produtos químicos ainda que a grafia destes estivessem distantes do correto. Entre os produtos foram citados alguns nomes comerciais como o *Tordon*, *Roundup*, *Ivomec*, *Tamaron*, *SBP*, *Lepecid*; outras categorias de produtos como raticida, inseticida foram lembradas.

Enfatizando a análise da percepção ambiental, é válido destacar que as figuras 2 e 6, expressam uma controvérsia: enquanto 12 pessoas desconhecem a lei dos agrotóxicos, apenas 07 não tem conhecimento do Decreto 4.074 de 2002. Isto corrobora o fato da necessidade de reforçar e garantir o acesso a informações que dizem respeito a saúde do homem e do ambiente, neste caso a problemática dos agrotóxicos. Com relação aos termos, definições, verificou-se uma familiarização dos conceitos solicitados, o que revela ser um assunto próximo a todos entrevistados, mas que precisa ter outro enfoque, para enfatizar e consolidar o tema de tamanha abrangência e apreensão.

4 CONCLUSÃO

Com a leitura do questionário dos respondentes e visualização das figuras, notou-se que é preciso investir mais em conhecimento e informação em relação ao uso de agrotóxicos e seu contexto histórico e atual, ou, seja, consequentemente

ampliar e consolidar a educação ambiental no setor de ensino, principalmente em turmas de formação de docentes com municípios de base agrícola.

Fato é que durante a aplicação do questionário tornou-se visível o pouco conhecimento a respeito do assunto, como demonstraram as figuras, porém todos responderam conforme a interpretação e conhecimento. Com efeito, os alunos demonstram ignorar medidas de segurança em relação ao uso de agrotóxico, necessitando de um olhar especial no sentido de oferecer cursos de capacitação aos agricultores e seus familiares, buscando orientá-los acerca do uso dos agrotóxicos.

Do mesmo modo, a educação ambiental nas escolas precisa ser uma realidade visando a integração das disciplinas, tendendo a provocar mudanças concretas que contribuam para a sustentabilidade socioambiental e, sobretudo, qualidade de vida dentro e fora do ambiente escolar.

Referências

BRASIL. Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DOFC 12/07/1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7802.htm> Acesso em 15 dez. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DOFC 28/4/1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em 12 dez. 2010.

BRASIL. Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DOFC 08/01/2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm> Acesso em 06 jan. 2011.

CHISTÉ, A. M. D.; CÓ, W. L. O. Percepção ambiental de uma comunidade pomerana em relação ao uso de agrotóxicos. **Natureza On Line**. 2003. Disponível em <<http://www.naturezaonline.com.br>>.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **MiniAurélio Sec. XXI Escolar**. 4ª Edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FREITAS, Rafael Estrela. RIBEIRO, Karla Cristina Campos. Educação e percepção ambiental para a conservação do meio ambiente na cidade de Manaus - uma análise dos processos educacionais no Centro Municipal de Educação Infantil Eliakin Rufino. **Revista eletrônica Aboré**. Edição 03 nov. de 2007. Disponível em: <www.revistas.uea.edu.br/old/aboré/artigos/artigos_3/Rafael%20Estrela%20de%20Freitas.pdf> Acesso em 15 fev 2011.

MACHADO, T. f. **Avaliação da percepção ambiental de cafeicultores familiares do município de Inconfidentes, Sul de Minas Gerais**. TCC (graduação - curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental): IFSuldeMinas – Campus Inconfidentes, MG, 2009. 43 p.

NOVA TEBAS. **Plano Diretor Municipal Município de Nova Tebas**. 2009. ParanáCidade.

OLIVEIRA, K, A.; CORONA, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Revista científica, ANAP, Brasil**, Ano 1, nº 1, 2008. Disponível em: <<http://www.amigosdanatureza.org.br/revista/artigos/6f8ee05efd7824581c7552f541bed373.pdf>> Acesso em 16 dez 2010.

OPAS - Humana Organização Pan-Americana da Saúde. **Manual de vigilância da saúde de populações expostas a agrotóxicos**. Brasília, 1997, 72 p. Disponível em: < <http://www.opas.org.br/sistema/arquivos/livro2.pdf> > Acesso em 04 jan 2011.

RODRIGUES, N. D. **Agrotóxicos: Análises de Resíduos e Monitoramento**. MultiCiência, nº 7, 2006. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: < http://www.multiciencia.unicamp.br/artigos_07/a_09_7.pdf > Acesso em 06 jan 2011.

ANEXO

QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO

Percepção Ambiental - Uso de Agrotóxicos – Nova Tebas

1) Com base em seus conhecimentos, descreva o que foi a Revolução Verde?

2) Com relação a Lei nº 7.802/89, a qual dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências, você já leu, teve acesso ou ainda ouvir falar a respeito dela?

() Sim () Não

3) Já teve contato com um receituário agrônomo ou tem ciência da existência deste documento?

() Sim () Não

4) Tem conhecimento das Classes, toxicologia e classificação das embalagens de agrotóxicos?

() Sim () Não

5) Quanto a categoria dos agrotóxicos, os mesmos se diferenciam em inseticida, fungicida, herbicida e outras categorias como raticida, nematicida. Você saberia estabelecer a diferenciação entre eles?

() Sim () Não

6) Considerando o Decreto nº 4.074/02, o qual considera que os usuários de agrotóxicos e afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias e respectivas tampas aos estabelecimentos comerciais em que foram adquiridos, você já obteve alguma informação a respeito, ouviu falar ou teve acesso ao mesmo?

() Sim () Não

7) Sabe o que é um E.P.I? Em caso, positivo, este recurso é utilizado em seu Município, descreva.

() Sim () Não

8) Sabe o que é Tríplex Lavagem?

() Sim () Não

9) Descreva, sucintamente, a sua interpretação quanto ao termo "*Desenvolvimento Sustentável*"

10) Busque em sua memória, o nome de algum agrotóxico usado por seus familiares, vizinhos, etc ou então relate como a aplicação destes produtos era ou é realizada?

